

**Wyncius Morais dos Santos**

Pontifícia Universidade  
Católica de Campinas – PUC-  
Campinas  
E-mail:  
winymorasa85@gmail.com

**Juliana Doretto**

Pontifícia Universidade  
Católica de Campinas – PUC-  
Campinas  
E-mail: jdoretto@gmail.com



Este trabalho está licenciado sob  
uma licença [Creative Commons  
Attribution 4.0 International  
License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

**Copyright (©):**

Aos autores pertence o direito  
exclusivo de utilização ou  
reprodução

ISSN: 2175-8689

**“Menino de 8 anos  
protestando?”:  
análise de comentários sobre crianças  
militantes em reportagens do UOL**

*“Eight-year-old boy protesting?”:  
Analysis of comments about militant children  
in UOL stories*

*“¿Niño de 8 años protestando?”:  
Análisis de comentarios sobre niños militantes  
en reportajes de UOL*

Morais dos Santos, W. ., & Doretto, J. “Menino de 8 anos  
protestando?”: : análise de comentários sobre crianças  
militantes em reportagens do UOL . Revista Eco-Pós, 26(3),  
117–144. <https://doi.org/10.29146/eco-ps.v26i3.27937>

## RESUMO

Este artigo tem o objetivo de investigar como parte do público leitor do portal de notícias *UOL* enxerga ações políticas de crianças que buscam posicionar-se e defender causas publicamente. Temos como foco dois episódios específicos: a tentativa de censura na Bienal do Livro do Rio de Janeiro, em 2019, pelo então prefeito da cidade, Marcelo Crivella, levando uma criança de oito anos a expressar seu repúdio pela atitude do político; a ameaça de morte a uma criança colombiana de 11 anos, em janeiro de 2021, por pedir um melhor acesso à internet para o ensino à distância durante a pandemia do Covid-19. A pesquisa se volta à análise de comentários gerados pelas reportagens selecionadas, seguindo a metodologia da análise de conteúdo. Como resultados, nota-se a incapacidade de parte da sociedade em crer que o jovem possa agir na esfera pública e uma clara divisão entre os temas que podem ou não ser abordados pelas crianças.

**PALAVRAS-CHAVE:** *Infância; Participação; Cidadania; Comentários.*

## ABSTRACT

This paper aims to investigate how part of the readers of the *UOL* news portal sees political actions by children who seek to publicly position themselves and defend causes. We focus on two specific episodes: the attempt to censor the Rio de Janeiro Book Biennial, in 2019, by the mayor of the city, Marcelo Crivella, making an eight-year-old child express his disapproval of the politician's attitude; the death threat to an 11-year-old Colombian child in January 2021 for asking for better internet access for distance learning during the Covid-19 pandemic. The research focuses on the analysis of comments present in the selected reports, following the methodology of the content analysis. As a result, we noted there is an inability on the part of society to believe that young people can act in the public sphere and a clear division between the themes that may or may not be addressed by children.

**KEYWORDS:** *Childhood; Participation; Citizenship; Comments.*

## RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo investigar cómo parte de los lectores del portal *UOL* ve las acciones políticas de los niños que buscan posicionarse públicamente y defender causas. Nos enfocamos en dos episodios: el intento de censura de la Bienal del Libro de Río de Janeiro, en 2019, por parte del entonces alcalde, Marcelo Crivella, que llevó a un niño de ocho años a expresar su rechazo a la actitud del político; la amenaza de muerte a un niño colombiano de 11 años en enero de 2021 por pedir un mejor acceso a internet para la educación a distancia durante la pandemia de Covid-19. La investigación se centra en el análisis de los comentarios generados por los informes, siguiendo la metodología del análisis de contenido. Como resultado, vemos que existe una incapacidad por parte de la sociedad para creer que los jóvenes pueden actuar en la esfera pública y una clara división entre los temas que pueden ser abordados por niños.

**PALABRAS CLAVE:** *Niñez; Participación; Ciudadanía; Comentarios.*

Submetido em 18 de agosto de 2022

Aceito em 02 de julho de 2023

## Introdução

Em 5 de setembro de 2019, durante um evento na Bienal do Livro do Rio de Janeiro, o então prefeito Marcelo Crivella mandou recolher exemplares de uma revista em quadrinhos, *Vingadores, a Cruzada das Crianças*, que continha a ilustração de um beijo entre dois personagens masculinos, afirmando ser conteúdo impróprio para os jovens (Jornal Nacional, 2019). Houve um grande movimento de resistência à proibição, compreendida como censura e homofobia: no dia 7 de setembro, o *youtuber* Felipe Neto, por exemplo, financiou a distribuição gratuita de 14 mil livros com temática LGBTQ+ durante a Bienal e mais tarde, no mesmo dia, manifestantes circularam pelos três pavilhões do evento (Ferreira, 2019a), com faixas e cartazes, até a sala onde representantes da Secretaria Municipal da Ordem Pública estavam reunidos com a direção da Bienal. A prefeitura novamente buscava obras com temática gay que não estivessem “protegidas” de crianças e adolescentes, segundo reportou a imprensa.

Entre os manifestantes, Pedro Otávio<sup>1</sup>, de oito anos, ganhou notoriedade na mídia<sup>2</sup>, por denunciar a negligência com que Crivella tratava outros assuntos relacionados à cidade, enquanto persistia no ataque à diversidade na literatura. Ele segurava um cartaz que dizia: “Coloca gás na minha escola. Estou sem merenda há dois dias”. À reportagem do *UOL*<sup>3</sup>, que cobriu sua participação, ele declarou seu posicionamento sobre os acontecimentos na Bienal: “[...] é só um beijo! A minha escola não tem gás há dois dias. Não era isso que o prefeito deveria estar vendo?”. Em seu cartaz, Pedro também destacou alguns outros pontos críticos no Rio de Janeiro: a falta de professores e de vagas em creches, bem como o perigo e a violência presentes nos bairros da cidade.

---

<sup>1</sup> O sobrenome do garoto não foi divulgado pela imprensa, o que reverbera outros casos em que a identidade da criança, que inclui seu nome completo, não é respeitada.

<sup>2</sup> Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/cultura/prefeitura-volta-tentar-recolher-livros-na-bienal-publico-reage-com-protestos-beijos-23934887>>. Acesso em: 17 jan. 2021.

<sup>3</sup> Disponível em: <<https://entretenimento.uol.com.br/noticias/redacao/2019/09/08/e-so-um-beijo-diz-menino-de-8-anos-que-protestou-na-bienal.htm>>. Acesso em: 17 jan. 2021.

Figura 1 – Imagem de Pedro Otávio em reportagem do UOL



Fonte: Reprodução.

Em janeiro de 2021, o *UOL Notícias* destacou mais um caso de protagonismo político vindo de um jovem: Francisco Vera, de 11 anos, da Colômbia. O pré-adolescente foi ameaçado de morte por um usuário do *Twitter* após pedir que o governo disponibilizasse melhor conectividade à internet para o ensino a distância durante a pandemia da Covid-19 (Rueda, 2021). Francisco é conhecido por seu ativismo ambiental desde os seus seis anos e criou o grupo *Guardianes de la vida*, que começou as atividades com as crianças “marchando até o centro da cidade, recolhendo lixo ao longo do caminho e entoando slogans sobre as mudanças climáticas”, segundo texto do portal. Francisco quis organizar um movimento em que os mais jovens fossem vistos como protagonistas, para incentivá-los a se juntar à causa. Atualmente, seu grupo é composto por aproximadamente 200 crianças colombianas, que denunciam os maus-tratos com o planeta e lutam contra essas ações.

Francisco foi reconhecido pela Organização das Nações Unidas (ONU) por sua iniciativa e disse que sempre recebeu críticas por seu ativismo, mas que uma ameaça de morte era inaceitável. E, também, mesmo enfrentando oposição, fez questão de ressaltar a importância dos mais novos em debates políticos: “As crianças precisam de ter uma palavra a dizer nos grandes temas dos nossos dias, como as alterações climáticas e as políticas econômicas. Não somos

apenas o futuro. Já estamos sendo afetados pelas decisões que os adultos tomam”, reportou o texto do *UOL*, que traz a imagem do menino em meio à natureza.

**Figura 2** – Imagem de Francisco Vera em reportagem do *UOL*



Fonte: Reprodução.

Esses dois exemplos mostram que os jovens não apenas opinam publicamente sobre um assunto que faz parte da realidade deles, mas podem também militar pelas causas que lhes tocam, ainda que não sejam incentivados a isso: “Você pode conseguir a opinião das crianças sobre qualquer coisa — elas fazem parte da sociedade. Elas estão diretamente envolvidas em coisas como educação, mas nunca lhes perguntam sobre tais coisas” (Children’s Express, 2002, p. 156).

Nessa militância, eles não apenas fazem frente àqueles que se opõem às suas causas, mas ao próprio entendimento adulto sobre o papel social que as crianças e adolescentes devem cumprir. E isso fica claro em um dos comentários que leitores fizeram nas publicações do *UOL* que cobriram as ações de Pedro Otávio, reverberando o estigma de inaptidão política atrelado à infância e à adolescência: “Menino de 8 anos protestando? Não seria os pais dele usando a criança para esse fim?”.

Esse perceptível repúdio ao posicionamento da criança, inferiorizando os mais novos e os tratando como incapazes de lidar com questões políticas, reforça a ideia trazida por Buckingham:

(...) estamos lidando com uma área da vida “adulta” da qual as crianças têm sido largamente excluídas. Se elas são tradicionalmente protegidas de materiais que alguns adultos acreditam poder prejudicá-las ou corrompê-las, elas também têm sido impedidas de se envolver nas decisões políticas que influenciam áreas centrais em suas vidas (Buckingham, 2007, p. 110).

Ou seja, esses jovens, ao manifestarem sua militância, desafiam duas autoridades: aquelas envolvidas com a liderança de áreas e instituições contra as quais seus movimentos sociais lutam, mas também a autoridade adulta, à qual estão submetidos estruturalmente, por conta de sua condição juvenil (Salles, 2005) — ou seja, dependente da aprovação e da condução dos mais velhos.

Aquando da eclosão de um movimento social, os indivíduos encontram-se envolvidos em relações de conflito com adversários claramente identificados, ambos procurando o controlo de um mesmo objecto. Deste modo, aqueles directamente envolvidos em movimentos sociais deverão ser considerados desafiadores/defensores da autoridade institucional existente, seja ela de índole política, corporativa, religiosa ou educativa (Snow, Soule & Kriesi, 2007: 8/9) (Cardoso; Lamy, 2011, p. 84).

Ao excluirmos as crianças e adolescentes de discussões políticas, eles são impedidos de exercerem cidadania. Porém, assim como os adultos, eles têm o direito de expor suas opiniões e participar da vida política, segundo o que estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990): “A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis”. E, ao negligenciarmos sua participação política na sociedade, eles realmente irão parecer incompetentes e desinteressados, justamente devido à falta de incentivo (Buckingham, 2007, p. 111).

Logo, diante desse cenário, buscamos, a partir de uma seleção dos mais de três mil comentários encontrados em duas publicações do *UOL* sobre as atividades políticas das duas crianças, compreender como parte do público leitor dessas reportagens entende essa ação, de modo a levantar os argumentos utilizados para defender ou atacar a prática. Assim, nossa pergunta-problema, desenvolvida durante uma pesquisa de iniciação científica, é: Como os comentaristas das reportagens do *UOL* que cobriram o caso de Pedro Otávio e Francisco Vera enxergam crianças que buscam divulgar seus pensamentos sobre questões políticas?

A quantidade de comentários encontrados nas publicações revela também a audiência do portal *UOL*, um dos canais jornalísticos mais importantes do país. Segundo o próprio site<sup>4</sup>, trata-se da “maior empresa brasileira de conteúdo, serviços e produtos da internet”, que recebe a visita de nove em cada dez brasileiros que acessam a rede, todos os meses. A página inicial do site tem “mais de 114 milhões de visitantes únicos por mês”. Antes, porém, de analisarmos a reação dos leitores, vamos debater sobre a condição infantil e sua participação política na contemporaneidade.

### 1. A construção social da “incapacidade” na infância

Philippe Ariès (1981) demonstra como a infância não era uma fase da vida reconhecida socialmente, no contexto europeu, entre os séculos XIII e XVII. Por meio do estudo de produções artísticas, ele compreendeu que se tratava de uma faixa etária desconhecida pela arte, pelo fato de crianças serem pouco representadas em pinturas. Isso refletia como a sociedade encarava as crianças naquela época: a pintura era uma forma de registrar a realidade; logo, para o autor, essa era uma prova de que essa fase da vida era menosprezada.

Uma das explicações para isso eram as condições de vida das crianças, que não lhes eram favoráveis, já que elas sofriam com a alta taxa de mortalidade em razão das condições sanitárias. As pessoas então não podiam se afetar com a perda eventual de um filho, conforme explica o autor: “Não se pensava como normalmente acreditamos hoje, que a criança já contivesse a personalidade de um homem. Elas morriam em grande número. (...) Essa indiferença era uma consequência direta e inevitável da demografia da época” (Ariès, 1981, p. 57). Ou seja, como as crianças morriam constantemente, ter apego emocional a elas se tornaria uma frustração para as famílias caso elas não sobrevivessem. Por isso, os artistas não faziam questão de representá-las em suas pinturas.

Nota-se assim que a concepção dessa faixa etária era diferente da que se tem hoje: em vez de protegê-la, de ter uma ligação emocional muito forte com a criança, os adultos a desconsideravam. Alguns poucos trabalhos artísticos em que elas apareciam as traziam com os

---

<sup>4</sup> Disponível em: <<https://sobreuol.noticias.uol.com.br/>>. Acesso em: 4 mar. 2021.

mesmos traços e fisionomia dos já crescidos, como se fossem de fato adultas, mas apenas mais baixas (Ariès, 1981, p. 50). Isso porque a fase adulta chegava cedo: assim que conseguiam certa independência, numa espécie de desmame tardio, as crianças começavam a fazer parte das atividades dos mais velhos.

Com o passar dos séculos, e ainda com a taxa de mortalidade elevada, começam a surgir famílias que queriam deixar registradas as crianças que sobreviviam. Com isso, surgiu o retrato infantil. Essa ação indicava que “as crianças começavam a sair do anonimato em que sua pouca possibilidade de sobreviver as mantinha” (Ariès, 1981, p. 58). Essa prática é, de fato, um marco na história da infância: os pais passam, com o tempo, a querer retratos de seus filhos para eles, especialmente durante o século XVII.

Mesmo que as crianças tenham ganhado mais protagonismo na sociedade, ainda existia uma certa indiferença quanto a alguns cuidados na criação delas. Os pais não se preocupavam em abster seus filhos de assuntos e práticas relacionados à sexualidade, visto que se acreditava que a criança fosse alheia a essas questões e que, portanto, sua inocência não pudesse ser maculada. Brincadeiras sexuais eram incentivadas e praticadas, e a experiência sexual era precoce (Ariès, 1981, p. 132).

Segundo Stearns (2006), nos séculos XVII e XVIII, na transição das sociedades agrícolas para as modernas, três mudanças fundamentais modificam a compreensão social sobre a infância no Ocidente: a valorização da atividade escolar das crianças, em detrimento da sua entrada no mercado de trabalho; a redução das taxas de natalidade, para que houvesse menores custos para a manutenção da família; e, na mesma esteira, a redução da taxa de mortalidade infantil, já que os pais passam a dedicar mais atenção às crianças (além de ter havido melhorias nas condições sanitárias). Com base nessa perspectiva, se estabelece o estereótipo infantil que até hoje é reverberado pela sociedade: a criança frágil, inocente, incapaz, protegida e indiferente a assuntos do chamado mundo adulto. Como reforça o autor,

As crianças não trabalhavam mais junto com os pais, quando o trabalho deixou a residência (com a industrialização), e uma vez que estavam na escola. Ficou mais difícil ver a infância em conexão direta com os demais estágios da vida e muitos o percebiam, porém as conexões podiam ser bastante abstratas, e o fato é que a maior parte do dia da criança se passava longe do mundo adulto (Stearns, 2006, p. 93).



Como se vê, a vida escolar foi um dos fatores que contribuíram para o sentimento de aprisionamento, fragilidade e inaptidão infantil, uma vez que o surgimento da escola foi marcado por uma motivação autoritária: separar as crianças do mundo dos adultos, de modo a poder controlá-las e fazê-las obedientes, visto que a ideia de transmitir conhecimento (e assim serem formatadas para a vida adulta) não seria possível sem impor aos estudantes uma disciplina rigorosa: “[...] levada a cabo por educadores e padres, católicos e protestantes, [a escolarização] provocou uma metamorfose na formação moral e espiritual da criança, em oposição à educação medieval feita apenas pelo aprendizado de técnicas e saberes tradicionais [...]” (Del Priore, 2010, p. 9). Nesse processo, a liberdade sexual também deixou de ser habitual, tornando-se promíscua e vergonhosa, e passou a haver uma nova preocupação com as afrontas à civilidade dos jovens (Stearns, 2006).

Por outro lado, é por causa da escola que o reconhecimento de infância, aos poucos, também se estabeleceu. Surge uma instituição estruturada, em que os mestres tinham forte compromisso com seus estudantes, tornando-se responsáveis por suas “almas” (Ariès, 1981, p. 179). É a partir desse vínculo que aparece a preocupação com a integridade moral das crianças, temor que marca um certo tipo de valorização dessa fase da vida. Assim, elas passam a ser reunidas em grupos homogêneos, dando origem às classes escolares (Stearns, 2006). Ou seja, todos os alunos tinham idades mais semelhantes, para que não só a integridade moral das crianças fosse protegida, mas também para que o ensino do mestre fosse adaptado ao nível intelectual do aluno. Com essa preocupação, a escolarização também passa a durar mais, num processo que atingiu primeiramente os mais ricos e os meninos (Ariès, 1981).

Assim, o que representou um avanço tornou-se, também, um problema: no final do século XVII, a infância é levada tão a sério a ponto de os filhos serem controlados, de modo a agradar aos interesses dos mais velhos. Ou seja, as crianças foram de um extremo, em que eram menosprezadas e ignoradas, a outro, em que eram demasiadamente vigiadas e doutrinadas.

Aqui, é importante ressaltar que as ideias de Ariès não foram isentas de críticas, já que alguns historiadores, dos quais Pollok se destaca, afirmam que outras fontes, tais como diários, autobiografias e narrativas pessoais, mostram momentos de carinho entre pais e crianças (Corsaro, 2011) no mesmo período em que a produção artística negligenciava as crianças. Segundo Tomaz (2019, p. 21), o próprio Ariès rebateu as críticas, vinte anos depois da publicação

de suas ideias, mantendo as linhas principais do seu pensamento, mas reconhecendo que tratou do surgimento não da infância de forma absoluta, e sim de uma “infância propriamente moderna”.

Neste trabalho, o que nos interessa é o fato de que o cuidado e proteção sugeridos pelos moralistas do século XVII e pelo modelo escolar estabelecido desde então contribuíram para a disseminação do estigma de incapacidade infantil: além de enxergar as crianças como fracas, puni-las e controlá-las, a fim de agradar aos adultos, criando um sentimento de aprisionamento, o estereótipo de inaptidão social da criança torna-a mais dependente, impossibilitando-a de ter um papel ativo reconhecido na sociedade e impedindo-a de exercer sua cidadania.

Compreendemos que essa concepção segue fortalecida nos dias atuais, e hoje aparece bastante atrelada ao uso das mídias eletrônicas e digitais pelas crianças. Em primeiro lugar, há a defesa da ideia de que essas tecnologias são responsáveis por corromper uma fronteira que separa o que é infantil e o que é adulto, pelo fato de as crianças estarem vulneráveis e sujeitas à exposição daquilo que Buckingham (2007, p. 14) nomeia como “bastidores da vida adulta”: assuntos ligados a sexo, drogas e violência. Nesse contexto, prega-se que os jovens estão perdendo uma fase importante da vida, desperdiçando seu tempo com a tecnologia e envolvendo-se em situações perigosas; portanto, é preciso privá-los dela. Essa visão pessimista da relação entre mídia e infância fortalece estereótipos infantis de incapacidade e indiferença frente a diversos acontecimentos. E essa maneira como os adultos exercem poder sobre as crianças tira certa subjetividade delas, tornando-as mais passivas na esfera social.

Nesse mesmo sentido, Ponte (2012) traz a ideia de pânico midiático (*media panics*), expressão cunhada pela dinamarquesa Kirsten Drotner (1992), remetendo ao conceito de “pânico moral”, de Cohen (1972), para definir o processo em que o surgimento de uma nova tecnologia midiática é compreendido como uma ameaça à integridade moral e psíquica dos mais jovens: por serem influenciáveis, manipuláveis, esse sujeitos estariam expostos aos efeitos perigosos das produções midiáticas. No caso das crianças pequenas, esses dispositivos e conteúdos corromperiam sua “inocência” e “ingenuidade”.

Toda essa proteção é um tanto contraditória, segundo Buckingham (2007). As crianças muitas vezes são expostas a experiências antes de estarem emocionalmente prontas para lidar com elas, e é exigido, por parte dos adultos, que tenham maturidade para enfrentar tais questões.

Ou seja, quando os pais esperam que os seus filhos saibam controlar suas emoções ao presenciar uma separação ou quando lhes oferecem drogas, eles anulam essa imaturidade preestabelecida. Quando as crianças buscam manifestar seus pensamentos, que muitas vezes contrariam a visão paterna, elas são criticadas. Há, portanto, uma relação muito forte e controversa entre autonomia e controle.

Buckingham explica que há, ainda, uma relação entre maturidade e escolarização. Ele diz que existe a crença de que apenas uma sociedade letrada é capaz de fazer frente a manipulações, uma vez que as mídias são vistas como agentes de uma ideologia unidimensional que ocupa a psique humana trabalhando não pelo “bem social”, ou pelo “bem-estar das crianças”, mas simplesmente pelo “ganho individual” (Buckingham, 2007, p. 14). E apenas os adultos plenamente alfabetizados seriam capazes de se contrapor à avalanche ideológica hegemônica; já as crianças, que ainda adquirem conhecimento no campo dos letramentos, devem ser preservadas da exposição midiática.

Contra esse argumento, há aqueles que dizem que as mídias eletrônicas são uma realidade para a nova geração e que é importante aprender a lidar com elas; afinal, elas podem ter mais a contribuir do que a atrapalhar. Assim, é necessário ter em vista que “(...) a noção de infância é em si uma construção social, histórica; e que a cultura e a representação — também sob a forma das mídias eletrônicas — sejam uma das principais arenas em que essa construção é desenvolvida e sustentada” (Buckingham, 2007, p. 9).

Assim, a tentativa de controle por parte dos pais é, de certa maneira, em vão, porque, para boa parte da nova geração, as mídias são uma realidade inegável. Por conta disso, há uma visão mais otimista crescendo atualmente, na qual a mídia desempenha um papel fundamental para a participação ativa dos jovens — ainda que por vezes não se leve em conta o fato de que as crianças também precisam de auxílio nesse consumo tecnológico: “(...) isso não significa pensar as crianças como consumidores empoderados ou autônomos, capazes de fazer leituras completamente independentes daquelas que o mercado propõe (...). A agência e a vulnerabilidade e das crianças são duas faces de um mesmo fenômeno (...)” (Tomaz, 2019, p. 49).

Além disso, é fato que vivemos numa sociedade em que os jovens têm muito a ensinar aos adultos quanto às mídias eletrônicas, e essa inversão de valores causa incômodo naqueles que sempre preservaram um tipo de hierarquia nas relações pessoais e continuamente buscam

controlar a criança e suas áreas de atuação na sociedade. Dar a oportunidade para que elas protagonizem a iniciativa de transmitir habilidades que são uma realidade para a geração delas (pelo menos em parte) e motivá-las a criarem seus próprios conteúdos, respeitando seus direitos como cidadãs ativas, são, de fato, incentivos à participação e às suas manifestações que certamente contribuirão para seu desenvolvimento.

## 2. As crianças e a participação social

Quando pensamos em participação infantil, estamos falando das áreas de atuação social das quais as crianças devem fazer parte e da prática de escuta de suas ideias e opiniões. Ou seja, trata-se da:

(...) possibilidade de a criança expor suas ideias sobre sua vida e de participar dos processos de escolha e de decisões que fazem parte não apenas de seu crescimento mas também do desenvolvimento de sua cidade, de seu país e do mundo (lutar por sua “vontade de verdade”), respeitando, é claro, os limites de sua aquisição gradual de competências (Doretto, 2016, p. 16).

Assim, o exercício da cidadania, que inclui fazer parte das tomadas de decisões coletivas, a partir das instituições sociais e da política, é um dos elementos que definem o direito de participação das crianças. E isso está estabelecido na Convenção sobre os Direitos das Crianças, da ONU (1989), que fez com que elas fossem reconhecidas como cidadãs ativas, sujeitos de direito, e não apenas como aqueles que devem ser protegidos (Doretto, 2016; Ponte, 2012). Isso significa que não se trata somente de dar a oportunidade para que elas participem, mas também de reconhecer que elas devem protagonizar esse direito à participação.

Estudos a respeito da infância mostram que as crianças são seres capazes de expor suas opiniões e participarem de debates que fazem parte de suas diferentes realidades; afinal, elas também vivem em sociedade e têm percepção daquilo que acontece ao seu redor (Children’s Express, 2002, p. 156). No entanto, como mostramos acima, elas são vistas como incapazes e, conseqüentemente, inaptas a participarem de ações públicas e exporem seus pensamentos — assim, estruturalmente, crê-se que apenas adultos devem participar de decisões sociais. O “complexo de vulnerabilidade” em que as crianças se encontram, sendo vistas como inocentes e dando aos adultos o direito de atuar em nome delas, faz com que sejam excluídas.

Este cenário é, sobretudo, prejudicial. Excluir a infância da política e desmotivá-la a cada tentativa de manifestação de ideias apenas contribui para que os jovens se sintam cada vez menos comprometidos com questões presentes na esfera social e fiquem alheios a assuntos de grande importância. Quando a participação dos mais novos é silenciada, eles são estimulados a obedecer sem hesitar, tornando-se cidadãos mais passivos, manipuláveis em certa medida. Por outro lado, quando uma criança defende uma pauta política publicamente, mesmo que com a ajuda de responsável e educadores, ela se sente pertencente à sociedade e exerce cidadania, além de esse processo contribuir para a formação de sua identidade enquanto sujeito pensante (Carvalho; Gouvêa; Silva, 2021).

Em outras palavras, a criança é cidadã, por mais que esse papel seja repetidamente inviabilizado, pelo fato de ser vista apenas como um ser vulnerável (Freire, 2011). Para que a cidadania da criança seja reconhecida, é preciso que haja oportunidades para que ela protagonize ações públicas e que se instale uma práxis que fomente a valorização da sua voz.

Nesse sentido, sabe-se que a escola é uma instituição que deve promover a democracia. O ambiente de perguntas e respostas criado nela auxilia o processo de participação dos jovens, e é exatamente esse movimento que pode fazer com que eles sejam mais ativos na esfera cidadã. Na escola, por meio da inclusão em debates, o jovem tem de aprender a participar, e essa ação é valorizada, de modo que suas capacidades sejam reconhecidas, e sua opinião seja levada em consideração. Em resumo: o espaço escolar deve ser um palco de participação livre, em que os jovens podem construir um pensamento crítico a partir de suas interpretações da realidade (Freire, 2011).

pensar numa perspectiva de cidadania para a infância implicará sempre um esforço para promover a participação infantil, considerando as crianças como atores participativos nas relações sociais. A cidadania ativa não significa conformismo perante a estrutura social ou o cumprimento de comportamentos cívicos, mas a possibilidade do exercício do direito de contribuir para a mudança social e para a transformação da sociedade (Tomás, 2007, p. 103).

Mas, além da escola, a mídia também tem um papel importante nesse processo. A criança precisa não somente ser ouvida, mas ela tem que se enxergar. Quando ela é representada e ocupa locais de destaque nas produções midiáticas, que respeitam suas capacidades e autonomia, os meios de comunicação contribuem para que o jovem entenda sua responsabilidade de atuação

social. Através da internet e de outros meios de comunicação, as crianças podem também produzir conteúdos, elas mesmas, de modo que representem a si próprias, ou então criticar as representações que delas são feitas (Doretto, 2016, p. 17). A mediação adulta aqui é fundamental, mas de modo a pensar com elas sobre esses processos, e não as dirigir. Isso pode ainda gerar uma maior identificação das crianças com essas arenas de atuação, e atraí-las a assuntos de que elas têm sido largamente excluídas.

Em outras palavras, a mídia, por ser um lugar importante para a vida social, levando em consideração como ela pode influenciar debates políticos e dar visibilidade para importantes causas, pode ser vista como uma ponte para o reconhecimento da participação das crianças e das suas capacidades de ação, sobretudo porque muitas delas “têm agora acesso à tecnologia necessária para criar os seus próprios vídeos ou imagens, para imprimir publicações e para publicá-las e distribuir a uma audiência muito mais vasta” (Buckingham, 2009, p. 22).

### 3. Metodologia

Para a análise dos mais de 3.300 comentários, faremos uso da análise de conteúdo, que se mostra uma ferramenta relevante para organizar todos os dados coletados para esta pesquisa. Por meio de um processo de categorização (Bardin, 2002), pela recorrência de determinadas expressões e construções frasais, procuramos identificar sentidos sobre a infância e adolescência, visíveis nas falas dos comentaristas. Esses trechos dos discursos do leitorado são o que chamamos de *unidades de registro*, que foram sistematizadas e agrupadas em categorias, indicando os significados detectados.

Por conta dos limites do trabalho, não será possível analisar todos os comentários encontrados e será necessário realizar um recorte (Fonseca Júnior, 2005). A primeira reportagem, sobre o menino Pedro, tem 668 comentários, postados na própria página do *UOL* (Ferreira, 2019b). O segundo caso, porém, tem apenas nove mensagens em seu link no *UOL*, mas gerou mais de 2.700 na página do portal no *Facebook*<sup>5</sup>. Assim, foram estudados os primeiros 500<sup>6</sup>, nos dois casos, começando pelos mais antigos. Acredita-se que, desse modo, o *corpus*

<sup>5</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/UOLNoticias/posts/5182317915116316>>. Acesso em: 1 fev. 2021.

<sup>6</sup> Na seleção e análise dos comentários, manteve-se a grafia original das mensagens.

selecionado consegue refletir o universo das mensagens e, ao mesmo tempo, ser executado de forma consistente.

Por sua vez, a inferência feita a partir desses comentários categorizados (a análise dos significados implícitos, de segundo plano, segundo Bardin) nos permitiu identificar como parte da sociedade, por meio dos sujeitos que comentam as reportagens em que crianças se manifestam politicamente, lida com o protagonismo político infantil: “a intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não)” (Bardin, 2002, p. 40).

#### 4. Análise de comentários

Antes de investigarmos as postagens realizadas pelos leitores, vamos, primeiramente, entender a abordagem adotada em cada uma das reportagens selecionadas para o estudo, de modo a compreender melhor o contexto em que os comentários foram gerados. Começamos com a reportagem “‘É só um beijo!’, diz menino de 8 anos que protestou na Bienal”, sobre o jovem Pedro Otávio, que expôs sua opinião em público, indignando-se com a censura realizada pelo então prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella. O portal *UOL* destacou positivamente a participação do jovem no protesto contra a ação do político, como se pode ver nos trechos “Com apenas oito anos de idade, Pedro Otávio já chama a atenção por suas ideias” ou “Pedrinho chamou a atenção também por entoar com toda força os gritos de ‘não vai ter censura’ ou aqueles que pediam por mais educação de qualidade”. Nota-se assim que o veículo parece ter se mostrado favorável à atitude do menino, ainda que reforce sua pouca idade, não indique seu sobrenome e o chame de Pedrinho sem indicar se esse é o termo pelo qual prefere ser chamado.

Apesar do reconhecimento que o veículo deu a uma criança, é possível notar, no entanto, que Pedro Otávio não foi ouvido: o *UOL* evidencia a motivação autônoma que levou o menino ao protesto, mas sua mãe foi a escolhida para dar a entrevista: “De acordo com a mãe dele, Camila Motta, 30 anos, a ideia do cartaz veio do menino, sem nenhuma interferência de adultos. Pedrinho perguntou o que estava acontecendo na Bienal, já que tinha visita marcada para este sábado”.

A segunda reportagem, “O ambientalista de 11 anos que recebe ameaças de morte por atuação na pandemia”, publicada pelo mesmo portal de notícias, igualmente aborda positivamente o ativismo de Francisco Vera e sua motivação pelos estudos. O texto, produzido BBC, e republicado pelo *UOL*, diz que o menino foi “reconhecido pela ONU (Organização das Nações Unidas) por seu ativismo” e que “Francisco Vera é conhecido em seu país por suas campanhas ambientais e pela defesa dos direitos das crianças” (Rueda, 2021).

A reportagem, no entanto, preocupou-se também em destacar a voz de Francisco no texto, ao dar espaço para que ele pudesse expressar suas visões de mundo e como se sentia frente à ameaça de morte que recebeu. Ou seja, o texto entrevista o menino, que afirma a necessidade de a crítica ser “construtiva e respeitosa” e que “as crianças precisam de ter uma palavra a dizer nos grandes temas dos nossos dias, como as alterações climáticas ou a política económica”.

A tendência de ignorar a voz da criança, como se vê na primeira reportagem, fomenta a crença de que elas não são capazes de participar. No entanto, é importante que elas também possam falar por si mesmas, sem terem suas vozes silenciadas pelos adultos. Como mostra Buckingham (2007), quando as crianças têm a oportunidade de expressarem-se, elas demonstram quão inteligentes e criativas podem ser. Ao protagonizarem espaços que normalmente não ocupam, como quando expõem suas opiniões políticas, elas mostram à sociedade que estão cientes do que acontece no mundo e que têm algo a dizer a respeito.

A partir desse panorama, analisamos, como dito em nossa metodologia, os primeiros 500 comentários encontrados em cada reportagem, de acordo com a data de publicação, começando pelos primeiros que foram postados e seguindo a categorização proposta pela análise de conteúdo. As tabelas abaixo mostram, respectivamente, as categorias encontradas, reunindo os sentidos predominantes, o número de ocorrência e, por fim, exemplos de comentários em cada categoria criada. Na fala de um mesmo comentarista, podemos ter encontrado declarações pertinentes a uma ou mais categorias.

Nos resultados da primeira reportagem (Tabela 1), foi possível identificar que boa parte do público não acredita que uma criança de oito anos seja capaz de expressar sua opinião, muito menos quando se trata de sexualidade. Por isso, nota-se que a categoria que mais se destacou foi “Manipulação”, com comentários que afirmam que a criança estava sendo usada por adultos, desqualificando a ação de Pedro Otávio. Aqui, a criança é vista como um sujeito que,



independentemente de ter ou não capacidade de agir politicamente, é dominada por adultos, que conduzem suas ações. Nesse sentido, é importante pensar ainda que a maneira como a reportagem aborda a participação do jovem, sem as falas da criança, pode reforçar a ideia de que Pedro foi manipulado. A categoria “Ataques preconceituosos”, com agressões homofóbicas ao menino, também ficou em evidência.

**Tabela 1** – Comentários da reportagem sobre Pedro Otávio

CATEGORIA	Nº	EXEMPLOS
<b>Apoio ao menino:</b> aprovação da atitude do jovem, seja a partir de elogios ou pela reprovação de Crivella	81	"Parabéns ao menino por lutar por seus direitos." "Parabéns ao garoto! Mais consciente do que a maioria dos adultos." "Um menino mais maduro que muito marmanjo... Parabéns" "Uma criança de 8 anos dando um show de democracia e respeito ao estado de direito. E um prefeito retrógrado, das trevas."
<b>Apoio ao prefeito:</b> comentários que concordam com a censura de Crivella	40	"O prefeito está certo de ter tirado o tal livro da Bienal, tem que proteger as crianças" "Parabéns prefeito Crivella" "Parabéns ao Prefeito... Pelo menos ainda tem bom senso que muitos pais não tem, ao expor seus filhos à esse lixo de livro infantil.." "Parabéns Crivella a pegada é essa"
<b>Manipulação:</b> comentários que demonstram que o jovem não sabe o que estava fazendo e que está sendo manipulado pelos pais ou pela comunidade LGBTQIA+.	241	"Mais uma criança usada pelos pais para fins ideológicos." "Ah sim, ninguém ensaiou o garoto.." "Uma criança que nem entende de política sendo obrigado pelos pais a servir para defender ideologias que nem ele mesmo ainda é capaz de entender." "Aposto como esse menino não teve essa atitude. Foi "convencido" a fazer. O coitado não sabe nem porque tá fazendo isso"
<b>Ataques preconceituosos:</b> por defender uma revista em quadrinho que apresenta um beijo gay, Pedro Otávio foi vítima de homofobia	107	"Apologia ao homossexualismo" "'Só um beijo"? Queriam mais? Comecem permitindo beijinhos, e logo veremos coisas piores nas praias, parques da cidade, etc. "Um viadinho!!" "Parabéns ao menino que queima a rosca"
<b>Ataques à esquerda:</b> que acusam e xingam	31	"Definitivamente a esquerda é contra a família." "A esquerda adora manipular pessoas com menos

a esquerda e o Partido Comunista de contribuir para o caos social e ameaçar as famílias tradicionais brasileiras	educação para divulgar seus interesses." "Aposto que é filho de socialistas ou pais ateus, a esquerda é um câncer." "Como pode ser humano induzir a criança a isso, para PT tá muito feio"
--	--

Fonte: Elaboração dos autores.

Na segunda reportagem, ficou claro que, quando a integridade física de uma criança é ameaçada, a sociedade se comove. Afirmamos isso porque as categorias que mais se destacaram são: “Apoio ao menino” e “Repúdio às ameaças de morte”. A ideia de inaptidão política ainda é presente, bem como os ataques à sua suposta incapacidade, mas o apoio ao ativismo é maior.

**Tabela 2** – Comentários da reportagem sobre Francisco Vera

CATEGORIA	Nº	EXEMPLOS
<b>Apoio ao menino:</b> aprovação da atitude do jovem, com elogios e incentivos	111	“Ele tá certo... A educação está sumindo e tá ficando só os idiotas.” “Menino de 11 anos mais inteligente que o nosso “presidente.” “Um menino que tem mais cérebro que muito adulto. Parabéns pela atitude!” “Uma criança que merece aplausos e apoio! Chega dessa ignorância, ele só está lutando pelos seus direitos.”
<b>Repúdio às ameaças de morte:</b> reprovação à injusta ameaça contra o jovem ambientalista	132	“Ameaçaram uma criança de 11 anos por pedir melhor acesso à educação??” “Vocês acham mesmo que tem futuro um país desse que ameaça crianças por querer aprender, tem cabimento umas coisas dessas?” “Só faltava isso com um garoto cobrando seus direitos. Ameaça de morte é crime!”
<b>Fator idade:</b> comentários que reprovam a manifestação política de Francisco Vera devido a sua idade. Demonstrem como a sociedade anula a participação infantil	92	“Ambientalista de 11 anos??? Tenha a santa paciência. Compra um lego pra criança!” “Essa criança não tem maturidade, ela não entende nem o que tá acontecendo.” “Mas não é proibido o trabalho infantil?”
<b>Apoio ao governo Bolsonaro:</b> comentários que fazem menção positiva ao atual presidente da República, desqualificando a atitude de Francisco Vera	34	“Bolsonaro o melhor presidente que o Brasil já teve e que vai ter.” “Mas não dão trégua, já vão falar que é o meu presidente, só espera.” “Vamos fazer arminha agora tá bom bolsonaro 2022.”

		“Bolsonaro 2022 pra botar essas crianças e esses pais nos seus devidos lugares.”
<b>Manipulação:</b> demonstram que o jovem não sabe o que estava fazendo e que está sendo manipulado pelos pais ou professores. Reforçam o estigma de inaptidão política das crianças	73	“Mais um manipulado. Ô coitado!” “Culpa dos pais irresponsáveis que deixam um menor de idade se expor na internet!” “Se ele tem 12 anos, não podia ter rede social. Culpa dos responsáveis que fazem a criança se colocar nessa situação. Parabéns, pais!” “Ameaçar uma criança de morte só porque manipularam ela é uma vergonha.”
<b>Comparação com Greta Thunberg:</b> por se tratar de um jovem que defende pautas ambientais, houve comparações negativas com Greta Thunberg	11	“Doidos querendo criar uma nova versão da Greta kkk” “A nova Greta, Deus nos ajude desses extremistas.” “Esse aí é o Greto? Essas crianças estão impossíveis.” “O segundo greta, pelo amor de Deus, vão brincar crianças.” “Filho do Presidente disse que a Greta então com 16 anos era "histórica e que precisava de um homem ", já esse moleque tá precisando sair e conhecer mais a vida.”
<b>Ataques à esquerda:</b> que acusam e xingam a esquerda e o Partido Comunista de contribuir para o caos social e a deturpação das mentes infantis	47	“Esses esquerdopatas são mesmo insanos e estão enlouquecidos criando situações fantasiosas para gerar histeria e polêmicas na sociedade... educação deve ser discutida e questionada por pedagogos e pessoas que se dedicam a área educacional, não crianças sem embasamento...”

Fonte: Elaboração dos autores.

Procuramos interpretar esses dados de acordo com diferentes percepções sobre a infância. Quando se fala em participação política, por exemplo, os mais novos mostram-se desinteressados (Morais *et al.*, 2021, p. 22). Em uma pesquisa realizada com jovens, Buckingham pôde observar que os que têm “menos de 25 anos tendem muito menos a se registrar para votar, comparecer às urnas e a serem politicamente ativos” (Buckingham, 2007, p. 3). Isso revela, contudo, que, quanto mais o estigma de inaptidão política é reforçado para crianças e adolescentes, menos interesse eles irão demonstrar por essas pautas.

Sarmento (2007) mostra como as crianças e adolescentes têm sido invisibilizados na esfera cívica: são o único grupo, na modernidade ocidental, que não tem direitos políticos expressos, concretizados na possibilidade do voto. A participação na vida pública não se finda no sufrágio, mas o afastamento desses sujeitos das esferas de representação, na democracia representativa, acaba por distanciá-los de outros modos de atuação política. Para o autor, esse processo se dá por três fatores: a concepção liberal de cidadania, pautada na ideia de

racionalidade e maturidade (o que, como temos visto até aqui, são ausentes na compreensão social da infância); a escolarização, que pode representar um processo de dominação da infância, e a privatização da vida das crianças, desencadeada pela preocupação crescente com a sua proteção.

Nas duas reportagens selecionadas, por outro lado, encontramos o contrário: crianças envolvidas com a ação pública e política. No entanto, ao manifestarem seus posicionamentos acerca de temas que permeiam suas vidas, elas foram fortemente atacadas, ainda que a primeira delas tenha sido ainda mais criticada. Isso ocorre porque não se espera que aqueles que são tradicionalmente vistos como incapazes de opinar politicamente, ocupem um lugar como militantes, levantando causas.

Parte dos comentaristas, porém, demonstra apreço pelas atitudes das crianças retratadas no texto, ainda que os associe a uma ação madura, responsável ou “adulta” — e, por isso, digna de defesa. Mas identifica-se certa diferença entre os números que demonstram aprovação dos dois jovens, como já apontado. A categoria intitulada “Apoio ao menino”, no caso de Pedro Otávio, surgiu em 16,2% dos comentários. Aqui, encontramos mensagens como: “Muita maturidade do jovem, parabéns!” e “Parabéns ao garoto, mais consciente que a maioria dos adultos”. Francisco Vera, da segunda reportagem, porém, teve mais suporte (48,6% dos comentários) — considerando que as categorias “Apoio ao menino” e “Repúdio às ameaças de morte” caracterizam um posicionamento a favor da criança.

A diferença entre o número de apoio da primeira reportagem em relação à segunda fica evidente pelo fato de a integridade física de Francisco ser posta em risco, como já dissemos. O jovem ativista é ameaçado de morte por trazer à tona pautas relacionadas à educação, e os comentaristas de sua matéria revelaram um nítido desconforto por isso: “Vocês não tem vergonha de ameaçar uma criança que tá pedindo pra estudar?”, “Um menino que tem mais cérebro que muito adulto. Parabéns pela atitude!”. Dessa forma, mesmo tendo em mente o estereótipo infantil presente na sociedade — a criança frágil, inocente, incapaz e indiferente a assuntos que lhe dizem respeito (Ariès, 1981, p. 138) —, percebe-se que aquilo que mais chama a atenção, nesse caso, é a segurança de Francisco Vera. Por que uma criança que busca ter acesso aos seus direitos educacionais deveria ter sua vida ameaçada? Sua participação política é, sim,

reconhecida, mas um sentimento de justiça coexiste e se destaca, uma vez que a criança é vista como um indivíduo a ser protegido (Buckingham, 2007, p. 32).

Os comentários presentes na primeira reportagem, entretanto, mostram que, por tratar-se de um assunto mais delicado aos conservadores, um beijo gay, Pedro Otávio sofreu mais ataques. Tendo em vista que as crianças são seres com corpos a serem controlados e doutrinados (Piacenti; Martins, 2018, p. 48), não se espera que tenham algo a falar sobre questões de gênero ou do corpo. Porém, não atendendo às expectativas dos adultos, Pedro Otávio mostrou entender muito bem a pauta que defendia. Com base nos comentários, fica evidente o incômodo dos comentadores em relação à exposição pelo menino de uma questão que a sociedade acredita abalar sua inocência: sexualidade. Crê-se que as crianças não estão preparadas para falar sobre esse tipo de assunto, mas, na verdade, são os adultos que demonstram despreparo ao evitar abordar com os mais novos temáticas que são uma realidade para eles (Buckingham, 2007, p. 19). Portanto, por defender algo ainda visto como tabu para nossa sociedade, Pedro Otávio recebeu menos apoio do que Francisco Vera.

Na categoria “Ataques preconceituosos”, na primeira reportagem, os comentadores revelaram seu repúdio ao posicionamento do jovem: 21% do material coletado para análise representa o preconceito compartilhado pelos leitores do portal *UOL*. De forma paradoxal, enquanto a sociedade acredita que a criança deve ser protegida e privada de assuntos como o que Pedro Otávio aborda, o menino não é poupado de ataques homofóbicos. É possível encontrar comentários do tipo: “Depois de alguns anos, vocês já sabem o que esse aí vai virar”, “Parabéns ao menino que queima rosca”. “Apologia ao homossexualismo [sic]”; “Um viadinho!!”.

Existe ainda outra contradição em relação à infância nesse caso. Se é possível controlar a criança, logo ela está protegida e atende às expectativas do mundo adulto; contudo, se esses mesmos anseios não são atendidos, e a criança passa a explorar assuntos que deveria evitar, ela passa a ser vista como rebelde, transgressora (Buckingham, 2007). Assim, elas devem ser corrigidas ou novamente resguardadas. Acreditamos que seja por isso que 8% dos comentários da primeira reportagem, na categoria “Apoio ao prefeito”, compõem o número daqueles que acreditam que a censura de Marcelo Crivella contra a revista em quadrinhos contendo o beijo entre dois personagens masculinos é a melhor maneira de lidar com a diversidade na literatura

juvenil: “O prefeito está certo em ter tirado tal livro da Bienal, tem que proteger as crianças”, “Parabéns Crivella bota ordem nessa semvergonhice”.

Do mesmo modo, a categoria “Manipulação” está presente nos comentários das duas reportagens, como já vimos. Na primeira, é possível identificar que quase metade das postagens analisadas indica que Pedro Otávio esteja agindo por influência dos pais: “Mais uma criança usada pelos pais para fins ideológicos”, “É impossível que uma criança de 8 anos pensou nisso tudo, parabéns mamãe”. Na segunda reportagem, porém, 14,6% defendem a ideia de que o jovem foi manipulado: “Culpa dos pais irresponsáveis que deixam um menor de idade se expor na internet”, “Ameaçar uma criança de morte só porque manipularam ela é uma vergonha”.

Novamente, acreditamos que a diferença observada se dá porque, para a sociedade, é mais fácil acreditar que uma criança tenha algo a dizer sobre questões relacionadas à educação do que sobre sexualidade. Mas, mesmo assim, o número daqueles que acreditam haver direcionamento adulto nas ações das crianças é notório.

Nesse mesmo sentido, a categoria “Fator idade”, presente em 18,4% dos comentários analisados da reportagem sobre Francisco, também fomenta a ideia de incapacidade das crianças na ação pública, mesmo que direcionadas por adultos. Aqui, vemos a afirmação de que a infância é uma fase de vida em que os sujeitos devem apenas se voltar a brincadeiras e ao estudo, e não atuar em esferas sociais de influência. O que mais chamou a atenção do público foi o fato de uma criança se intitular como “ativista ambiental”: “Ambientalista de 11 anos??? Tenha a santa paciência. Compra lego pra criança!”, “Desde quando criança sabe alguma coisa de ativismo? Criança tem que brincar”.

Esse comportamento revela que, ao negligenciar a participação das crianças na sociedade, as incentivamos a se desinteressar pela vida pública, a partir da crença de que “as crianças pequenas não possuem as capacidades intelectuais ou o conhecimento necessário para tomarem decisões plenamente informadas sobre questões políticas” (Buckingham, 2007, p. 2). Assim, a indignação que se mostrou presente nos comentários é a respeito de uma criança se intitular ativista ambiental, tarefa que, na visão deles, só poderia ser feita por adultos.

Há, ainda, outra categoria, “Comparação com Greta Thunberg”, também na segunda reportagem, que reafirma essa inaptidão dos jovens. Greta é uma ativista mundialmente conhecida pela sua luta a favor do meio ambiente (Cunha; Sobrinho, 2019). Ao comparar,

negativamente, Francisco Vera com Greta Thunberg, os 2,2% de comentários mostram que parte da sociedade busca impedir os jovens de fazerem parte da política. Vejamos alguns dos comentários que exemplificam essa ação: “A nova Greta, Deus nos ajude desses extremistas”, “Não sabia que a Greta tinha um irmão, agora temos que atuar mais um enchendo o saco”. Esse movimento baseia-se num sentimento coletivo presente na contemporaneidade, mas que pode ser modificado, ainda que com resistência:

As crianças podem muito bem parecer incompetentes (e mesmo desinteressadas) porque não foram encorajadas a desenvolver suas habilidades ou o conhecimento que lhes permitiria revelar-se de forma diferente. No entanto, é possível reverter a direção desse argumento. As crianças apenas poderão tornar-se “cidadãs ativas”, capazes de fazer escolhas sensatas em questões políticas, se forem consideradas capazes de fazê-lo (Buckingham, 2007, p. 2).

Por fim, nos comentários das duas reportagens, há a categoria “Ataques à esquerda”: na primeira, compondo 6,2% das mensagens e, na segunda, 9,4%. Além disso, nesta última, 6,8% voltam-se também ao “apoio ao governo Bolsonaro”, presidente de extrema-direita. É perceptível que existe certa resistência a pautas sociais, como as que foram abordadas pelos jovens, de muitos comentadores que declaradamente mostram seu apoio à direita. Ao analisar os comentários selecionados, entende-se que eles acreditam que Jair Bolsonaro, então presidente da República, era o único capaz de fazer frente a essas questões, que, na visão deles, seriam fomentadas pela esquerda: “Definitivamente a esquerda é contra a família”, “Bolsonaro 2022 pra botar essas crianças e esses pais nos seus devidos lugares”, “Mas não é proibido o trabalho infantil? Esses comunistas gostam de militar e se acham os donos da razão”. Ou seja, os posicionamentos políticos tanto de Pedro Otávio quanto de Francisco Vera são considerados, para esse público, como problemáticos. Esse grupo mais uma vez revela a força com a qual os jovens são silenciados, impedidos de exercerem cidadania.

Em resumo, vemos, por meio dos comentários, como é forte a ideia de que as crianças devem ser excluídas da vida política; por isso, a iniciativa de Pedro Otávio e Francisco Vera de atuar na esfera pública é difícil de assimilar para uma parte dos leitores, sobretudo no primeiro caso. No entanto, os jovens têm muito a dizer sobre aquilo que faz parte de suas vidas, inclusive ensinando algo aos adultos (Buckingham, 2007); eles só precisam que suas vozes sejam ouvidas (Children’s Express, 2002, p. 156). Dessa forma, como dissemos, dar espaço para que as crianças

exponham suas opiniões é, de fato, um incentivo à sua participação no mundo e, certamente, também uma contribuição para seu desenvolvimento pessoal.

### Considerações finais

Ao entendermos como a sociedade vem concebendo a ideia de infância ao longo dos anos, torna-se possível identificar o motivo pelo qual as crianças têm sido largamente excluídas do debate de assuntos considerados “adultos” demais para elas (Buckingham, 2007), como a política. Ao longo dos séculos, passamos de uma situação em que a infância não existia, ou seja, quando a sociedade enxergava as crianças como adultos em miniatura (Ariès, 1981), para um momento em que a vulnerabilidade física e o desenvolvimento cognitivo intenso dos jovens passaram a ser vistos com um olhar de proteção, que, aos poucos, tornou-se de controle.

O estigma de incapacidade atrelado aos mais novos ainda é uma realidade na sociedade. O potencial participativo dos jovens tem sido desperdiçado, por se acreditar que eles não podem contribuir para o debate social e para a transformação de diversos aspectos da contemporaneidade. Assim, Buckingham (2007) defende que é necessário ouvir o que eles têm a falar, indo contra a tendência do mundo adulto de acreditar que eles são imaturos demais para dividir suas opiniões.

Nos comentários às duas reportagens analisadas neste trabalho, fica evidente como a sociedade desmotiva os mais jovens a participar da política. Nas críticas e ataques identificados nas mensagens, nota-se a incapacidade de parte do público em crer que o jovem possa agir na esfera pública. Alguns dos argumentos que mais se destacaram compreendem que essas crianças são muito jovens para falarem de política e, em alguns casos, estariam de alguma maneira sendo manipuladas pelos pais. Além disso, nota-se ainda uma clara divisão entre os temas que podem ou não ser abordados pelas crianças: a luta por melhores condições de estudo é aceita pela sociedade, enquanto o debate em torno das questões da sexualidade é visto como algo interdito às crianças.

Para que a cidadania da criança seja reconhecida, contudo, é preciso que haja oportunidades para que ela tenha seu direito de participação garantido. Hoje, no entanto, a voz da criança e dos adolescentes é pouco presente no jornalismo, como diversos estudos na área têm demonstrado: há sempre alguém que fale por eles, sejam os pais, sejam os professores, sejam



as autoridades (Marôpo, 2015). Isto é, a forma autoritária e redutora com que as crianças e adolescentes são muitas vezes tratados pode desmotivar suas manifestações de pensamento reflexivo e contribuir para que tenham atitudes mais passivas na esfera cidadã.

A mídia, por sua vez, ao procurar uma abordagem mais horizontal com os mais jovens, escutando suas opiniões sobre temas políticos e dando espaço para que se sintam à vontade — respeitando é claro o seu desenvolvimento intelectual (Doretto, 2010) —, pode contribuir para a desconstrução desses paradigmas sobre a infância: “As crianças apenas poderão tornar-se cidadãs ativas, capazes de fazer escolhas sensatas em questões políticas, se forem consideradas capazes de fazê-lo” (Buckingham, 2007, p. 111).

### Referências bibliográficas

- ARIÈS, P. A. *História social da infância e da família*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2002.
- BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 16 jul. 1990.
- BUCKINGHAM, D. *Crescer na era das mídias: as crianças como cidadãs*. Florianópolis: [s.n], 2007.
- BUCKINGHAM, D. O direito das crianças para os media. In: PONTE, C. (Org.). *Crianças e jovens em notícia*. Lisboa: Livros Horizonte, 2009.
- CARDOSO, G.; LAMY, C. Redes sociais: comunicação e mudança. *JANUS.NET, e-journal of International Relations*, Lisboa, v. 2, n. 1, primavera 2011, p. 73-96.
- CARVALHO, L.; GOUVÊA, M.; SILVA, I. Movimentos sociais, participação infantil e direitos da criança no Brasil. *Educação e Pesquisa*, 47, 2021.
- CHILDREN’S EXPRESS. As crianças hoje em dia: seminário preparado e apresentado por jovens jornalistas. In: CARLSSON, U.; FEILITZEN, C. von (orgs.). *A criança e a mídia*. Imagem, educação, participação. São Paulo: Cortez, 2002.
- CORSARO, W. *Sociologia da infância*. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- CUNHA, C.; SOBRINHO, W.P. Quem é Greta Thunberg, eleita personalidade de 2019 pela Time. *UOL*, 11 dez. 2019. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2019/12/11/quem-e-greta-thunberg-eleita-pesonalidade-de-2019-pela-time.htm>>. Acesso em: 11 jul. 2020.

DEL PRIORE, M. *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2010.

DORETTO, J. *Pequeno leitor de papel: jornalismo infantil na 'Folhinha' e no 'Estadinho'*. 2010. 150p. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação). Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

DORETTO, J. "*Fala conosco!*": o jornalismo infantil e a participação das crianças, em Portugal e no Brasil. 2015. 286 p. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Universidade de Nova de Lisboa, Lisboa, 2016.

FONSECA JÚNIOR, W. C. da. *Análise de conteúdo. Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo: Atlas: 2005.

FERREIRA, L. 'Não vai ter censura': manifestantes fazem ato contra Crivella na Bienal do Rio. *UOL*, 07 set. 2019a. Disponível em: <<https://entretenimento.uol.com.br/noticias/redacao/2019/09/07/nao-vai-ter-censura-manifestantes-fazem-ato-contra-crivella-na-bienal-do-rio.htm>>. Acesso em: 15 jan. 2021.

FERREIRA, L. "É só um beijo!", diz menino de 8 anos que protestou na Bienal. *UOL*, 08 set. 2019b. Disponível em: <<https://entretenimento.uol.com.br/noticias/redacao/2019/09/08/e-so-um-beijo-diz-menino-de-8-anos-que-protestou-na-bienal.htm>>. Acesso em: 17 jan. 2021.

FREIRE, I. Cidadania da criança: escola e sociedade como palcos de participação. *Eduser: revista de educação*, v. 3, 2011.

MARCELO Crivella, prefeito do Rio, manda recolher livro da Bienal e gera protestos. *Jornal Nacional*, 06 set. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/09/06/marcelo-crivella-prefeito-do-rio-manda-recolher-livro-da-bienal-e-gera-protestos.ghtml>>. Acesso em: 15 jan. 2021.

MARÔPO, L. Crianças como fontes de informação: Um desafio de inclusão para o jornalismo. *Revista Vozes & Diálogo*, Itajaí v. 14, n. 2, p. 5-17, 2015. Disponível em: <<https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/vd/article/view/8054/4773>>. Acesso em: 8 jan. 2021.

MORAIS, J. A de; MILANEZI, F. S.; LIMA, C. O. N. Participação política da juventude do Sul do Brasil: um perfil do jovem participativo. *Juventude.br*, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 16-24, 2021. Disponível em: <https://juventudebr.emnuvens.com.br/juventudebr/article/view/243>. Acesso em: 8 maio. 2022.

PIACENTI, R. C.; MARTINS, M. do C. Mafalda e a escola: representações da educação argentina em cinco tirinhas de Quino. *Leitura: Teoria & Prática*, Campinas, São Paulo, v. 36, n. 72, p. 43-58, 2018.

PONTE, C. *Crianças & Media: Pesquisa internacional e contexto português do século XIX à actualidade*. Lisboa: ICS, 2012.

RUEDA, M. O ambientalista de 11 anos que recebe ameaças de morte por atuação na pandemia. *UOL*, 28 jan. 2021. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/bbc/2021/01/28/o-ambientalista-de-11-anos-que-recebe-ameacas-de-morte.htm>>. Acesso em: 01 fev. 2021.

SALLES, L. M. F. Infância e adolescência na sociedade contemporânea: alguns apontamentos.

*Estudos de Psicologia*, Campinas, v. 22, n. 1, p. 33-41, jan.-mar. 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0103-166X2005000100005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0103-166X2005000100005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso em: 8 jan. 2021.

SARMENTO, M. J. Visibilidade social e estudo da infância. In: VASCONCELLOS, V. M. R.; SARMENTO, M. J. (Org). *Infância (In)Visível*. Araraquara: Junqueira & Marin Editores, 2007, p. 25-49.

STEARNS, P. *A infância*. São Paulo: Contexto, 2006.

TOMÁS, C. *Há muitos mundos no mundo: Cosmopolitismo, participação e direitos da criança*. 2007, 414 p. Tese (Doutorado em estudos da criança área de especialização em sociologia da infância) – Universidade do Minho, Braga, 2007.

TOMAZ, R. *O que você vai ser antes de crescer? Youtubers, infância e celebridade*. Salvador: Edufba, 2019.

---

**Winycius Morais dos Santos** – Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUC-Campinas

Professor de Língua Inglesa e estudante do oitavo período em Letras na Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas). Foi bolsista de Iniciação Científica da Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), pesquisando sobre a percepção social das crianças ativistas (Processo 21/08256-0). É pesquisador da Recria (Rede de Pesquisa em Comunicação, Infâncias e Adolescência).

E-mail: winymorasa85@gmail.com

**Juliana Doretto** – Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUC-Campinas

Professora permanente no Programa de Pós-Graduação em Linguagens, Mídia e Arte e professora colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. É doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade Nova de Lisboa e mestre na mesma área pela Universidade de São Paulo. É autora de *Pequeno leitor de papel: um estudo sobre jornalismo para crianças* (Alameda). É jornalista Amiga da Criança, título concedido pela Andi-Comunicação e Direitos, desde 2021, e pesquisadora cofundadora da Rede de Pesquisa em Comunicação, Infâncias e Adolescências (Recria). É diretora do Coletivo de Jornalismo Infantojuvenil (Colo). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq, nível 2 (processo 311531/2022-9).

E-mail: jdoretto@gmail.com

### **Financiamento**

A presente pesquisa foi realizada com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), processo 2021/08256-0, e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq (bolsa de Produtividade em Pesquisa, nível 2, processo 311531/2022-9).